

CIÊNCIAS SOCIAIS: ONTEM E HOJE*Lúcia Lippi Oliveira*

Atendendo ao convite para participar desta coletânea vou me aventurar a produzir um texto sobre a sociologia da sociologia no Brasil contemporâneo. Menos do que investigar as condições de produção da sociologia estarei apresentando um ensaio sobre o tema. Explorarei algumas “pistas”, deixarei alguns “rastros” na expectativa que outros pesquisadores se dediquem a persegui-los. O ensaio parece ser o gênero mais adequado já que é permeável a saberes que rompem as barreiras entre as disciplinas e que abandonam qualquer forma de pensamento essencialista. Através dele é sempre possível relatar diferentemente os mesmos acontecimentos.

É bom lembrar que a tarefa de desenvolver e ensinar a sociologia no Brasil envolveu demarcar diferenças e distinções com o pensamento existente até então. A produção dos bacharéis, médicos e engenheiros passa a ser considerada inadequada para os novos tempos dos anos 30. Novos padrões guiados pela “neutralidade valorativa” e pela “objetividade” deveriam guiar a produção sociológica.

Dois grandes objetivos, segundo Florestan Fernandes em texto publicado em 1956 que analisa a antropologia e a sociologia no Brasil, guiaram a configuração da sociologia como disciplina e seu ensino a partir de 1933: “educar as novas gerações para as tarefas de liderança econômica, administrativa e política; e criar recursos para a solução

racional e pacífica dos problemas sociais brasileiros”. Os especialistas estrangeiros (Emílio Willems, Donald Pierson, Roger Bastide, Horace Davis, T. Lynn Smith, Claude Lévi-Strauss, Paul Arbouse-Bastide, entre outros) contratados para ajudar nesta tarefa introduziram a investigação de campo e fizeram a sociologia se encaminhar na direção dos padrões e ideais do trabalho científico. Alcançar o estatuto de disciplina científica envolveu a “transformação da análise histórico-sociológica em investigação positiva e a introdução da pesquisa de campo como recurso sistemático de trabalho”.

Esta nova perspectiva do trabalho sociológico passou a considerar atrasado o pensamento sobre a sociedade até então produzido no Brasil. Uma das figuras que ajudou a romper com a tradição passada foi Donald Pierson que da Escola Livre de Sociologia e Política formava as novas gerações e organizou o primeiro mestrado no país. Implantar a nova disciplina envolveu uma separação com o que vinha antes e uma diferenciação com outras disciplinas próximas, como história, geografia, antropologia física, lingüística, direito. A realização da pesquisa sobre padrão de vida do operário em São Paulo com utilização de técnicas de amostragem exemplifica o que começa a ser entendido como trabalho de campo e formação profissional. Estudos de comunidade, temas como assimilação e aculturação, entre outros, passam a ser os temas centrais do estudo sociológico.

A nova disciplina, envolvendo a formação de uma escola e de um novo campo do conhecimento, pretendia formar profissionais e não fornecer conhecimentos gerais e generalizantes. A luta contra o bacharel com tudo o que ele significa expressa um conflito entre o novo profissional e o antigo intelectual. Os textos produzidos pelo sociólogo profissional são relatórios, teses acadêmicas, textos supostamente objetivos e neutros, distantes do antigo ensaio. A geração formada pelos padrões da Escola Livre de Sociologia e Política criou uma nova mentalidade, desenvolveu linhas de pesquisa que marcaram projetos e instituições posteriores. Por outro lado, estudiosos da vida brasileira considerados pré-científicos, atrasados, demoraram a ser novamente lidos, ensinados e analisados na universidade brasileira.

O novo modelo sociológico foi absorvido supondo que suas teorias eram científicas, o que significava dizer, estarem libertas do tempo e do espaço em que foram elaboradas. Passou-se também a partilhar de um preconceito em relação à história que não fazia parte

da tradição brasileira de estudos sociais. O ensaio, ou melhor, o “ensaísmo” passou a ser uma categoria de acusação utilizada para referir-se a trabalhos pouco sérios, generalizantes e/ou doutrinários.

Se este era o modelo da “boa” ciência social isto não significa que toda produção intelectual dos anos 50 e 60 tenha respeitado estes cânones. Muito se escreveu no Brasil “contaminado” pela história e, acima de tudo, se escreveu pensando e refletindo sobre os impasses do desenvolvimento. Uma sociologia em “mangas de camisa”, como na expressão de Guerreiro Ramos, vinculava suas atividades científicas à tarefa de promoção da autarquia econômica nacional. Supunha-se que a sociologia tinha que construir um pensamento ou uma ideologia promotora do desenvolvimento já que este não seria um processo espontâneo da sociedade brasileira. A modernização não seria conseguida, seria mesmo vencida pelos interesses do mundo atrasado. A produção do ISEB marca esta sociologia da intervenção onde conhecer os fatores que dificultavam a mudança seria fundamental até para liberar as forças produtivas sem as quais a democracia seria inviável.

Nos últimos 10 anos a história das ciências sociais vem sendo reescrita. Um tópico relevante tem sido a chamada “institucionalização” das Ciências Sociais em seu primeiro tempo. As instituições de ensino: a Escola Livre de Sociologia e Política, 1933; a Universidade de São Paulo, 1934; a Universidade do Distrito Federal, 1935 vem merecendo atenção assim como a Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Procedese a estudos comparativos em torno da institucionalização tomando os casos de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de Pernambuco. Compara-se tipos de clientela, levanta-se a lista dos professores estrangeiros, discute-se a presença francesa, a marca da Escola de Chicago, etc. Completam estes estudos sobre as escolas, os institutos e os centros, o conhecimento sobre revistas, coleções, editores e editoras que permitem a divulgação da literatura produzida na academia.

Perpassa muitas das análises uma discussão em torno da institucionalização tardia. Este atraso no tempo se explicita por comparação com outros lugares e/ou por distância em relação a uma meta-teoria que está por trás: o processo de evolução das sociedades,

uma filosofia da história de base evolucionista. A sociedade evoluiu do mais simples ao mais complexo. A sociedade urbano-industrial é mais complexa o que permite um grau de diferenciação e complexificação de setores. Do ponto de vista do conhecimento aconteceria o mesmo. As ciências sociais se separam dos demais conhecimentos e depois se dividem em antropologia, ciência política e sociologia. É um tipo de *fordismo* que se aplica ao campo do conhecimento sobre a sociedade. Muitas análises sobre a sociologia universitária seguem este caminho ao considerar natural que a sociologia se desenvolva primeiro em São Paulo já que São Paulo é o pólo mais desenvolvido da sociedade industrial no Brasil.

Outra questão explorada nas análises tem sido o papel das agências financiadoras: CAPES, CNPq, Fundação Rockfeller, Fundação Ford, FINEP. Igualmente comparece à produção recente a análise da velha e perene relação dos intelectuais com a política e o poder. Resumindo pode-se dizer que os estudos privilegiam instituições, autores, publicações e financiamentos tanto da primeira fase da institucionalização das ciências sociais quanto do que se convencionou chamar de segunda fase a partir dos anos 70 .

A institucionalização das ciências sociais em seu segundo momento, marcada pela criação de um sistema de pós-graduação no país, enfrenta um paradoxo. O crescimento do número de cursos de pós-graduação, do volume de recursos governamentais alocados à formação de estudantes e ao financiamento de centros de pesquisa acontece ao mesmo tempo em que há perseguição política aos “pais fundadores” e veto a uma sociologia gestada no período populista e comprometida com a mudança social. O crescimento do número de estudantes universitários na graduação e do número de cursos de pós-graduação é resultado de políticas públicas implantadas pelo regime militar nos anos 70.

Para se falar em “institucionalização” ou em “profissionalização” tem-se que considerar pelo menos três eixos: o *profissional*, o *mercado de trabalho* e as *fontes de financiamento*.

Do ponto de vista interno, a “institucionalização” envolve a não submissão às exigências externas ao campo da ciência; autonomia de decisões; uma comunidade acadêmica estruturada e reconhecida; a pesquisa como atividade permanente e a existência de carreira

profissional. São estes os critérios do que se pode considerar como “legitimidade interna”, e que muitas vezes entram em conflito com as demandas e exigências externas – utilidade social, reconhecimento e valorização do conhecimento, e conseqüentemente do seu profissional. A meu ver, o sucesso das ciências sociais dependeu e depende de uma certa conjugação dessas duas formas de legitimidade, de um certo equilíbrio entre as demandas internas e externas.

O *mercado de trabalho* e o *financiamento* disponível têm a ver com o *status* das ciências sociais na sociedade, ou seja, com as expectativas que a sociedade tem frente a esta profissão e a estes profissionais. Independente do caminho interno, institucional, percorrido pelas ciências sociais elas são e devem ser permeáveis às questões que a sociedade coloca.

Dois projetos recentes marcam os campos de análise dedicados a rescrever a história das ciências sociais e definir os *issues* a serem objeto da atenção dos estudiosos. O *História das Ciências Sociais* sob a coordenação de Sérgio Miceli publicou dois volumes (1989 e 1995) e segue, grosso modo, o perfil mencionado, ou seja, de mapeamento e análise do “campo intelectual” da disciplina. O outro se dedica a estudar os alunos e professores da graduação e da pós-graduação em ciências sociais. Sob coordenação de Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho e Manuel Palácios (1994), a pesquisa procura conhecer o perfil do estudante e tem como questão “aferir os efeitos da institucionalização sobre a forma tradicional de inscrição dos intelectuais na vida pública nacional”. Suas questões estão relacionadas ao debate em torno da crise da universidade hoje e procura conhecer as respostas dadas às pressões pelo lado da clientela, do mercado, e da estabilidade da profissão.

Uma das formas de lidar com o desafio atual tem sido lidar com a história das ciências sociais, reconstruir sua memória. O número de artigos, seminários, publicações especiais sobre Florestan Fernandes por ocasião de sua morte demonstram este movimento de “canonização” do mais importante pai fundador da disciplina. A morte de Oracy Nogueira assim como a de Thales de Azevedo deu ocasião também à publicação de textos que retomam o papel destes autores no panteão das ciências sociais no Brasil.

Para além de autores e textos inaugurais as transformações sociais têm colocado outros desafios temáticos e teóricos. O que fazer?

Manter os campos disciplinares ou apostar na inter ou na transdisciplinaridade? Manter o escopo nacional da pesquisa ou avançar na transnacionalidade? Que tipo de estudo comparativo faz avançar o conhecimento?

A chamada crise dos paradigmas, o questionamento da cientificidade dos estudos sobre o social assim como a história política do país nos últimos 30 anos confluíram para uma nova situação. A sociologia que nos anos 50 e 60 tinha uma posição de centralidade no campo das ciências sociais foi perdendo espaço para a ciência política e para a antropologia. A proposta de trabalho que se baseava na identificação das estruturas que comandavam a vida social foi cedendo lugar aos textos que buscavam valorizar o papel do indivíduo na construção das relações sociais. Analisar as racionalidades e as estratégias acionadas por grupos e indivíduos voltou a ser relevante na micro-história ou na microsociologia.

É preciso também lembrar que na sociedade globalizada retorna-se a temas aparentemente deixados de lado no período em que a nação era o marco da produção sociológica. Raça, etnia, gênero retornam como temas relevantes correlacionados a questões de justiça e de cidadania.

Às ciências sociais se demanda hoje uma dupla tarefa: treinar, ensinar, iniciar jovens capazes de entrar em um mercado de trabalho em constante mutação e formular um pensamento capaz de analisar as transições, as rupturas que estão ocorrendo na sociedade e cujos desdobramentos são ainda desconhecidos.

Sugestões bibliográficas:

Os livros abaixo citados podem dar um panorama qualificado dos trabalhos recentes. Neles se encontra a bibliografia mais completa sobre o tema.

BOMENY, Helena & BIRMAN, Patricia (orgs.) *As assim chamadas Ciências Sociais; formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro, UERJ/Relume Dumará, 1991.

MICELI, Sérgio (org) *História das Ciências Sociais no Brasil*. vol 1. São Paulo. IDESP/Vértice/FINEP. 1989.

- _____. *História das Ciências Sociais no Brasil*. vol.2. São Paulo. IDESP/FAPESP. 1995.
- PESSANHA, Elina & VILLAS BOAS Gláucia (orgs) *Ciências Sociais; ensino e pesquisa na graduação*, J. C. Editora, 1995.
- VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice R.; CUNHA E MELO, Manuel Palácios. "Cientistas Sociais e vida pública". *Dados*. vol 37, n.3, 1994.

Outros textos completam este quadro:

- FERNANDES, Ana Maria. *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília. UNB/ANPOCS/CNPq. 1990.
- MACIEL, Maria Lúcia. "La recherche en sciences sociales et son contexte politique: Brasil, 1968-1982". Université de Paris VII, 1985.
- MICELI, Sérgio. *A desilusão americana; relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo, Sumaré, 1990.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro. UFRJ, 1995.
- ORTIZ, Renato. "Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil". *Novos Estudos CEBRAP*, n.27, julho, 1990.
- SAINT MARTIN, Monique de. "A propos d'une rencontre entre chercheurs: sciences sociales et politiques au Brésil". *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, n°.71/72, 1988.
- VELHO, Otávio. "Processos sociais no Brasil pós-64: as ciências sociais" in SORJ, Bila et alii. *Sociedade e política no Brasil pós - 64*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

